

economia

Editora: Fernanda Crancio
economia@jornalcomercio.com.br

INSS vai antecipar benefícios ao gaúchos

Aposentadoria, pensão e BPC relativos aos meses de maio e junho serão pagos de forma conjunta aos segurados

/ CLIMA

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) vai antecipar o pagamento de aposentadoria, pensão e BPC (Benefício de Prestação Continuada) no Rio Grande Sul, nos municípios que estão em calamidade pública por causa das fortes chuvas que destruíram o estado, deixando mortos e desabrigados.

A antecipação consta de portaria conjunta assinada pelo presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, e o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, na sexta-feira, e publicada no Diário Oficial da União ontem. O INSS vai pagar os benefícios de maio e junho de forma conjunta, a partir de 24 de maio. A medida inclui o 13º salário, que havia sido antecipado para todos os beneficiários da Previdência Social por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de março.

A antecipação dos pagamentos repete o que foi feito em setembro de 2023, segundo o Ministério da Previdência Social, quando parte da região Sul foi fortemente castigada pelas chuvas. Para receber o valor, no entanto, é preciso solicitar o adiantamento do benefício no banco onde recebem a renda previdenciária mediante assinatura de termo de opção.

A medida vale apenas para aposentadorias, pensões e BPC. Por enquanto, não terão direito ao adiantamento aqueles segurados que recebem benefícios temporários, como auxílio-doença, salário-maternidade e auxílio-reclusão.

Essa regra poderá mudar e a liberação ocorrer para todos, conforme estudos dos dois órgãos. Para isso, nova portaria deverá ser publicada. Os pagamentos de benefícios do INSS são feitos conforme o mês de competência. A liberação dos valores é feita no final de

Final do benefício - Dia do pagamento

1 - 24 de maio	6 - 3 de junho
2 - 27 de maio	7 - 4 de junho
3 - 28 de maio	8 - 5 de junho
4 - 29 de maio	9 - 6 de junho
5 - 31 de maio	0 - 7 de junho

cada mês e adentra o início do mês seguinte. Para liberar os valores, leva-se em conta o número final do benefício, sem o dígito verificador. Recebem primeiro os segurados cujo valor do benefício é de um salário mínimo (R\$ 1.412) e, depois, os beneficiários que ganham mais, até o teto do INSS.

O pagamento do Bolsa Família também será antecipado para quem tem NIS (Número de Identificação Social) entre dois e zero. O motivo é que o MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) vai pagar todos os beneficiários de



MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Medida requer a opção do segurado pela antecipação do benefício

uma única vez nas cidades atingidas pela calamidade.

Com isso, o pagamento será feito no dia 17 de maio, quando o benefício seria liberado para quem tem NIS final um. Olá, todos recebem no mesmo dia. Outra medida relacionada ao Bolsa Família

é a autorização de saque sem cartão e sem uso de documentos no caso de quem perdeu tudo com a enchente. Para isso, será preciso fazer uso da declaração especial de pagamento que deve ser emitida pela prefeitura do município atingido.

Governo estuda crédito para linha branca e material de construção

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda criar linhas de crédito para financiar a aquisição de artigos de linha branca e material de construção para famílias afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul, que está em situação de calamidade.

O Ministério da Fazenda também prepara linhas de crédito para pequenas, médias e grandes empresas impactadas pela tragédia. Muitas delas paralisaram suas atividades em meio às inundações e perderam estoques, maquinário e infraestrutura.

O desenho das linhas ainda será fechado pelos técnicos, mas a ideia é que as taxas de juros fiquem abaixo daquelas praticadas no mercado. O Executivo federal ainda não tem a dimensão exata dos estragos porque a água ainda não baixou em muitos municípios. Mas na região central do estado e no Vale do Taquari, a diminuição do nível dos rios foi suficiente para expor as perdas de empresas e famílias.

O diagnóstico preliminar é que os moradores dos municípios gaúchos perderam boa parte de seus pertences e precisarão comprar artigos de linha branca, como geladeira e máquina de lavar, além de materiais para construir ou reformar suas casas.

As empresas, por sua vez, podem precisar de capital de giro, além de dinheiro novo para auxiliar na retomada das atividades e na reposição de estoques. O governo já anunciou o adiamento da cobrança de tributos como forma de proporcionar um alívio de caixa imediato para as companhias de 336 municípios gaúchos. O desenho final das medidas ainda será fechado pelo Ministério da Fazenda e levado para validação do presidente da República.

Na noite de segunda-feira, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) já havia indicado que o governo lançará linhas de crédito para as famílias afetadas pela tragédia. “Vai ter que ter uma linha de crédito específica para reconstrução da casa das pessoas. A maioria das pessoas não tem cobertura de seguro. Então, isso tudo vai ter que ser visto”, disse. O ataque aos problemas habitacionais decorrentes da calamidade também deve envolver o Ministério das Cidades, gestor do Minha Casa, Minha Vida. O programa já conta com uma ação específica, o MCMV Calamidades, voltado à construção ou melhoria de unidades habitacionais em municípios atingidos por desastres naturais.

Bares e restaurantes do RS estão em situação crítica

O setor de bares e restaurantes do Rio Grande do Sul enfrenta uma crise sem precedentes devido às inundações enfrentadas pelo Estado. Pesquisa realizada pela Associação de Bares e Restaurantes (Abrasel-RS) com empresários associados mostra que 33% dos restaurantes estão completamente isolados, impedindo a chegada de clientes e de insumos.

O levantamento traz ainda informações sobre a infraestrutura básica no segmento: 56% dos estabelecimentos estão sem energia elétrica e 76% sem acesso à água potável. A quase totalidade, 97%, demonstrou ter algum nível de problema no recebimento de insu-

mos. Segundo a pesquisa, 12% dos estabelecimentos já sofreram perda total e 27% foram parcialmente afetados pela enchente.

Quase metade dos proprietários (45%) preveem que não terão condições de abrir para o Dia das Mães, uma das datas de maior movimento para o setor. Outros 33% dizem que ainda não têm como saber se terão condições de abrir ou não. Em pesquisa realizada no fim de abril, 75% afirmavam que iriam abrir na data. “É um cenário desolador, ainda mais se considerarmos que há restaurantes no Estado que nem acesso à internet têm neste momento para responder à pesquisa. Mas o levanta-

tamento já aponta para o imenso dano que estamos sofrendo”, afirma João Melo, presidente da Abrasel no Rio Grande do Sul.

Diante deste cenário devastador, entidade defende a urgência de medidas de apoio. Os dados coletados apontam uma necessidade crítica de assistência financeira, com 78,57% dos empresários já prevendo que terão de solicitar empréstimos para sobreviver às perdas. A suspensão de impostos, requisitada por 88,37% dos entrevistados, e linhas de crédito com condições especiais, pedidas por 69,77%, já são vistas como medidas essenciais para a sobrevivência desses negócios.

Empresas registram queda de até 20% no faturamento

O Itaú Unibanco disse que todos os setores econômicos do Rio Grande do Sul registram uma perda significativa de receita por conta das fortes chuvas que atingiram a região ao longo da última semana. “Todos eles, naturalmente, estão tendo quedas acima de 20%, 15% ao ano nos seus faturamentos”, afirmou Milton Maluhy, presidente do Itaú. Os números são fruto do Idat (Daily Activity Tracker), índice do banco que mede a atividade econômica no Brasil diariamente por meio das transações de seus clientes e via suas

plataformas, como maquininhas de adquirência.

Na noite de segunda, o banco anunciou para pessoas jurídicas a suspensão de mensalidades e tarifas de conta corrente e das maquininhas da Rede por pelo menos três meses, repactuações de parcelamentos, manutenção de limites de crédito e disponibilização de novas linhas especiais, e suspensão temporária de cobranças dos clientes em atraso (mesmo aqueles que já deviam antes da tragédia).

Para pessoas físicas, as principais ações são isenção de tarifas e

anuidade, suspensão de encargos de parcelamento de fatura e, possivelmente, estorno de tarifas e juros. Para os funcionários no Rio Grande do Sul que tiveram perdas materiais, o banco dará vouchers para aquisição de itens perdidos nas chuvas. Também será feita a adoção do trabalho remoto e adiantamento de 50% do 13º e do 14º salários. Além disso, o banco firmou acordo de R\$ 5 milhões com a companhia aérea Azul para custear voos humanitários para a região, com itens como doações e mantimentos.